

ENTREVISTA

Diomar das Graças Motta

Professor Associado II da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, na década de 1950, só oferecia, no então ensino secundário, os cursos de contabilidade, científico, clássico e o normal. Face a essas opções e na qualidade de mulher afrodescendente e pobre ingressei no Curso Normal do Instituto de Educação, da rede estadual, concluindo em dezembro de 1960. Ao lado da restrição de opções tinha-se a possibilidade imediata de ingresso na força de trabalho, a fim de contribuir no orçamento familiar. Este fato levou-me a fazer o II Curso de Formação de Professores Supervisores de Ensino, no Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho, em São Paulo (1964), resultante do convênio MEC/INEP. Em 1967 ingressei no Curso de Administração Escolar, na Escola de Administração do Ceará, face ao Convênio Escola "SUDENE-USAID". Só em 1968 ingressei no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Fundação Universidade do Maranhão, com habilitação em Administração Escolar de 1º e 2º grau. Concluído em 1971, no ano seguinte fui aprovada na seleção do primeiro curso de Mestrado em Educação, com concentração na área de Administração de Sistemas Educacionais, oferecido no Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas-Rio de Janeiro. Em 1985 participei do Curso de Especialização em Administração Universitária resultante do Convênio do Instituto Interamericano de Gestão e Liderança Universitária, com estágio na University Georgia-Atlanta/USA. Somente em 1995 ingressei na primeira turma do Doutorado em Educação da Universidade Federal Fluminense-Rio de Janeiro. Aposentada como professor associado da Universidade Federal do Maranhão, apresentei projeto para estudos de pós-doutorado no Núcleo de Pós-doutorado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2013, encontrando-me em fase de pesquisa. Os hiatos na vida acadêmica foram preenchidos como responsável pela 3ª Região de Supervisão Escolar (1965-1966)- Bacabal –MA;

Diretora do Departamento de Ensino de 1º grau da Secretaria de Estado da Educação (1975-1977)- MA, Assessora Especial da Universidade Federal do Maranhão (1977-1991), Coordenadora Didática do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão (1978-1979); Diretora do Departamento de Planejamento da Informação Técnico-Administrativa da Secretária de Planejamento da UFMA (1983-1988), Superintendente de Ensino da Secretaria de Estado da Educação (1992-1993); Membro do Conselho Diretor da Fundação Maranhense de Televisão Educativa (1972-1977), Membro do Conselho de Administração do Fundo Estadual de Educação (1977-1978), Membro titular do Conselho Consultivo da Fundação Sousandrade de Apoio ao desenvolvimento da UFMA (2011). Com a experiência na área de Pedagogia lecionei os temas: administração escolar, educação comprada, história da educação (brasileira e metodologia), mulheres e relações de gênero. Pesquisadora coordenando o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero- GEMGe.

1. Justifique sua escolha pela docência como profissão.

Meu ingresso na docência foi motivado por duas questões: necessidade de cooperação familiar e minha perspectiva de independência financeira, como mulher.

2. Qual é a sua trajetória pela profissão docente?

Aos treze anos, iniciei com aulas noturnas para adultos (empregadas domésticas) em minha residência; em seguida preparava adolescentes para o então exame de admissão e alfabetizava crianças de 5 e 6 anos pela manhã até concluir o curso normal aos dezoito anos. Fui nomeada professora primária, ocupei cargos de diretora de ensino e de supervisora escolar. Concluindo o Curso de Pedagogia, exerci função técnica na Secretaria de Estado da Educação e lecionava no ensino privado noturno. Ingressei na graduação após o Curso de Mestrado, pois não achava significativa a contribuição de graduandos lecionando para graduandos. Concluído o doutorado adentrei nos Programas de Mestrado Materno-Infantil e de Educação da UFMA. Neste último permaneço, lecionando e orientando devido ao GEMGe.

3. Docência e pesquisa são instâncias indissociáveis em sua trajetória?

A partir da conclusão do Doutorado criamos o GEMGe, com objetivo precípua de dar visibilidade ao protagonismo da mulher, principalmente no espaço escolar, sob nossa coordenação, há doze anos, sustentando sobre maneira minhas atividades docentes. A fase inicial do exercício da docência relativizava essa indissociabilidade, com a pós-graduação tive a clareza, daí só entrar na graduação após conclusão do mestrado.

4. É possível pensar na docência sem pesquisa?

Há muitos docentes, que até hoje não conseguem ter a noção, do que eles transmitem é, em grande parte, produto de pesquisa sistemática, quer da Educação Básica, como na Educação Superior.

5. Qual a relação entre a sua experiência extra profissional com seu exercício na docência?

É tão íntima, que as minhas constantes viagens pelo Brasil e pelo mundo tem como diretriz, o que assinalou Comenius (1592-1670): “o sistema de ensino deve ter quatro níveis: o primeiro o colo materno (casa); o segundo a escola vernácula (lugarejo ou aldeia); o terceiro a escola latina (cidade); e o quarto a universidade e as viagens (reino e outras províncias)”. Aprendizado que aliei com a sabedoria popular que nos diz: *“no livro da vida, quem não viaja só leu a primeira página”*. Neste ano concluí o continente americano, pois já visitei do Alasca a Patagônia, a seguir completarei o europeu e os demais, decorrem dos conflitos bélicos, os quais não oferecem muita segurança ao visitante. Com estas viagens tenho observado e apreendido acerca: da diversidade dos sistemas educacionais; das questões sobre a mulher; e das peculiaridades culturais, com visitas a museus, livrarias e pontos históricos.

6. Como analisa a formação docente no Brasil atualmente?

A formação docente no Brasil sofreu um grande “abalo”, a partir das Leis nº 5540/68 e 5692/72, que reflete até hoje, nas legislações e políticas vigentes. A superficialidade de conteúdos, o gigantismo das salas de aula, ausência de produção dos graduandos, entre outros, através cursos de graduação de “fim de semana”, instigado e disseminado pela política de “qualificação e quantificação” do MEC. Haja vista o PROEB, PROFEBEPA...

7. Como é construir uma formalização ética profissional docente? Por via de um código de ética? O que você pensa a respeito?

Quem legisla sobre a questão tem conduta ética? E os gestores tem demonstrado o mesmo?

“Frei exemplo é o melhor pregador”. Sem exemplo familiar e de pessoas públicas ilibadas os conteúdos veiculados em “sessenta horas”, através de disciplinas curriculares, conseguirão minimamente subsidiar de modo satisfatório a tão precária ética-profissional.

REVISTA
PROFISSÃO
DOCENTE ON
LINE